

CÓDIGO FLORESTAL

As propostas sobre mudanças na lei não encontraram consenso no Congresso. Ambientalistas acusam o relator das alterações, o deputado Moacir Michelleto, de querer reduzir em até 20% as áreas de reserva

Ruralista contra ecologista

Cristina Ávila
Da equipe do Correio
Com agências

Terminaram as possibilidades de diálogo sobre mudanças no Código Florestal entre a bancada ruralista no Congresso Nacional e 280 organizações não-governamentais aglutinadas no bloco denominado Campanha SOS Florestas. O confronto agora deverá ocorrer no dia 4 de setembro, data prevista para votação da

lei na Comissão Mista Especial. O principal ponto de discórdia é o percentual de área que deverá ser preservada em propriedades rurais. O relator do projeto, deputado Moacir Michelleto (PMDB-PR), apresentou parecer ontem, em audiência pública. Ele quer deixar que os estados decidam o tamanho das reservas, por meio dos Zoneamentos Ecológicos Econômicos (ZEE) — que descrevem todos os recursos naturais de cada região. Os ambientalistas querem

manter os atuais 80% de reservas para florestas nativas da Amazônia e 35% para o cerrado.

O Código Florestal estabelece os critérios de utilização das matas nos imóveis particulares no país. A primeira versão da lei é de 1965. Mas, em 1996, o presidente Fernando Henrique editou uma medida provisória (MP) para garantir a preservação ambiental, respondendo a pressões internacionais que denunciavam desmatamentos no Brasil. Desde então a

MP, vem sendo reeditada a cada 30 dias, porque ainda foi votada no Congresso Nacional. Está em sua 67ª edição. A Comissão Mista Especial foi criada para que a lei seja discutida por senadores e deputados, e a primeira proposta do relator foi apresentada em 1999.

“Essa é a pior das versões até hoje apresentadas pelo relator”, afirma Adriana Ramos, assessora de Políticas Públicas do Instituto Socioambiental (ISA). Logo depois da audiência pública, representantes

coordenadores de ONGs se reuniram para estudar o parecer de Michelleto. “Ele quer reduzir em até 20% as áreas de reserva”, reclama.

Moacir Michelleto garante que não há riscos para as florestas. Em sua opinião, os Zoneamentos Ecológicos Econômicos serão fiéis em apontar as regiões que devem ser preservadas. Ele afirma que as áreas desmatadas serão mínimas diante do território de áreas indígenas e unidades de conservação do governo federal.

Ministro quer manter a MP

O governo vai defender a manutenção do percentual de 80% de manutenção de matas nativas na Amazônia e 35% do Cerrado, como está na medida provisória em vigor. O anúncio foi feito pelo ministro de Meio Ambiente, José Sarney Filho, que participou ontem da audiência pública sobre o Código Florestal. O ministro, entretanto, explicou que pequenas alterações serão aceitas.

Sarney Filho destacou ainda a importância do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), como instrumento importante na definição das reservas legais na Amazônia. As reservas legais são matas de preservação obrigatória. Segundo a lei, além dessas reservas, as propriedades rurais devem manter áreas de preservação permanente — que são florestas em pontos estratégicos, como encostas de morro ou margem de rios e nascentes, que evitam erosões.

“Entendemos que a União deve viabilizar os recursos orçamentários específicos nos próximos dois anos para a conclusão do zoneamento nacional, cuja execução deverá ficar a cargo do consórcio ZEB Brasil em conjunto com os estados”, destacou.

O ministro ainda disse que “a manutenção da reserva legal nos níveis atuais representa uma opção pública de orientar a produção na Amazônia para a atividade florestal e outras iniciativas econômicas sustentáveis em detrimento do avanço da fronteira agrícola.”

Para Sarney Filho, mesmo

funcionando de forma desequilibrada, o setor florestal responde por 500 mil empregos diretos e indiretos na região amazônica e por 15% do Produto Interno Bruto em estados como o Pará, Mato Grosso e Rondônia. “Acreditamos que, com o aprimoramento das técnicas de manejo, além de garantirmos a conservação da floresta, atenderemos suficientemente a grande parte das demandas por crescimento econômico e desenvolvimento social da região”, acrescentou.

Lembrou, ainda, a importância da Floresta Amazônica na manutenção do equilíbrio climático e do regime hídrico de 1/5 da água doce do planeta. “Cada porção de área desmatada significa menos chuvas na mata e até sobre o Sul e o Sudeste do Brasil. Estimativas meteorológicas indicam que cerca de 40% das chuvas que caem em São Paulo resultam de evaporação da Amazônia levada pelo vento”, disse.

O ministro citou um estudo do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em que o valor econômico da água no ecossistema amazônico é estimado em cerca de R\$ 17 bilhões por ano: “Isto dá uma idéia do que podemos perder anualmente com a redução das chuvas. Manter as chuvas, a reserva de água e o potencial energético são apenas alguns dos serviços prestados pela floresta, sem sequer tocarmos na questão da estocagem de biodiversidade.”

Documentação	
Fonte	CPB (Mário Amâncio)
Data	23/8/2006 21
Class.	108